



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**UMA IDENTIDADE REVELADA ATRAVÉS DO FOLCLORE GOIANO: A OBRA DE  
JOSÉ A. TEIXEIRA**

**WADSON LEITE MORAES MONTEIRO**

Goiânia  
2022



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**UMA IDENTIDADE REVELADA ATRAVÉS DO FOLCLORE GOIANO: A  
OBRA DE JOSÉ A. TEIXEIRA**

Monografia apresentada a Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção de graduação de licenciatura em História.

Orientador: Prof.º. Eduardo Gusmão  
De Quadros

Goiânia  
2022

**WADSON LEITE MORAES MONTEIRO**

**UMA IDENTIDADE REVELADA ATRAVÉS DO FOLCLORE GOIANO: A  
OBRA DE JOSÉ A. TEIXEIRA**

Monografia apresentada a Pontifícia Universidade Católica de Goiás para  
aprovação ao Departamento de História.

Examinador:

---

Professor:

---

Professor:

Orientador:

---

Professor: Eduardo Gusmão De Quadros

Goiânia  
2022

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, e a minha família, expressão maior de amor.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha esposa Ana Cláudia Monteiro, aos meus filhos, Nicolly Monteiro, Bryan Monteiro e Jordana Monteiro que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, exemplo de doação companheirismo e cumplicidade.

Ao Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos.

Ao meu orientador – pela paciência e dedicação na minha orientação, que tanto ajudou e forneceu para que este trabalho fosse concluído com o êxito esperado.

A estes, minha eterna gratidão.

RESUMO: Este objeto de pesquisa vislumbra as possibilidades de conhecer o folclore goiano mediante as perspectivas apresentadas por José A. Teixeira, em sua obra: **FOLCLORE GOIANO: cancionero, lendas e superstições**. Pretende-se conhecer as identidades culturais singulares, ressaltando-se o centro-oeste Goiano. Assim, tomo sua obra e dialogo com autores como Roger Chartier, Ciro Flamarion entre outros que também corroboram nos processos Históricos sociais e culturais, que habilitam a pensar as particularidades no que se refere a questão de identidade e da cultura como característica de um povo. A partir dessas, e de outras leituras, busco identificar as construções culturais do folclore e suas possíveis representações.

PALAVRAS-CHAVE: folclore; intelectuais; cultura popular; identidade.

“Competência, planejamento, determinação, espírito de equipe e amor são as qualidades essenciais para ser dono do futuro. ‘Mas também é preciso ter fé e acreditar’”.

Roberto Schinyashiki

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>I – FOLCLORE</b>	13
1.1 Histórico	13
1.2 Folclore: conceitos, memória e oralidade	15
1.3 Folclore e folclorista brasileiro	17
<b>II – FOLCLORE GOIANO</b>	23
2.1 As primeiras tentativas de união entre os folcloristas	23
2.2 Folclore e a primeira fase da Comissão Goiana de Folclore	29
2.3 A segunda fase do folclorismo em Goiás	37
<b>CAPÍTULO III – FOLCLORE GOIANO; OBRA DE JOSÉ A. TEIXEIRA</b>	44
3.1 O papel da comissão Goiana: entre percepções do social e métodos folclóricos	44
3.2 O Folclore Goiano de José Aparecido Teixeira	46
<b>CONCLUSÃO</b>	53
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	56

## INTRODUÇÃO

Este objeto de pesquisa vislumbra as possibilidades de conhecer o folclore goiano mediante as perspectivas apresentadas por José A. Teixeira, em sua obra: **FOLCLORE GOIANO: cancionero, lendas e superstições**. Pretende-se conhecer as identidades culturais singulares, ressaltando-se o centro-oeste Goiano. Assim, tomo sua obra e dialogo com autores como Roger Chartier, Ciro Flamarion entre outros que também corroboram nos processos Históricos sociais e culturais, que habilitam a pensar as particularidades no que se refere a questão de identidade e da cultura como característica de um povo. A partir dessas, e de outras leituras, busco identificar as construções culturais do folclore e suas possíveis representações.

Essas por vezes manifestadas em aspectos de certa forma específicos de acordo com a regionalidade, em outras situações, silenciadas até, se for levado em consideração o processo historiográfico em que culturas são reprimidas à medida que esses traços ditos indenitários se tornam latentes e se torna uma ameaça a um tipo de direcionamento vigente nessa configuração, o que ocasiona através de uma visão panorâmica de como esses conceitos e práticas se delinearão diante de rupturas e continuidades da historiografia e suas diversas nuances.

O material não tem por finalidade delinear, rotular ou até mesmo delimitar padrões no que se refere a construção da identidade Brasileira, uma vez que, a proposta é elencar fatores culturais específicos que reverberam evidentemente em novas informações identitárias, com elementos intrínsecos à regionalidade. Diferentemente do processo cultural histórico metódico colonialista, que ainda parte de um mesmo prisma, ou seja, Eurocêntrico - no sentido de que outras raças ou etnias do continente até então desconhecido existiam largados a própria sorte e careciam de um contato com o branco europeu, para só então, começarem a viver plenamente e evoluir o sociocultural (civilização) - bem como de um circuito que decorre da narrativa colonial e pós-colonial. Para tanto, percorremos também aos moldes do processo de avanço do território, levando em consideração os polos e eixos que cercam tal evento. Logo, vê-se a

propensão ao surgimento de novos delineamentos identitários, embora com os seus conceitos no âmbito folclorista. Esse é a bússola para este trabalho, sobretudo sob o aspecto identitário goiano e suas implicações para a região.

Assim este projeto de pesquisa visa apresentar algumas inovações, que possam enriquecer e tornar mais interessante o estudo de História contemporânea, de forma a complementar as informações existentes do tema escolhido. Com clareza e sequencialidade às demais narrativas visamos o aprofundamento do tema, enriquecendo futuros estudos.

Quando se menciona a palavra folclore geralmente se conecta com um passado mantido, relacionado às heranças e tradições que precisam ser melhor apuradas. Afim de trazer as configurações aqui postas em questão, não podemos seguir conceitos padronizados, do senso comum e que perpetuam uma certa hegemonia discursiva presente em várias narrativas sobre o povo.

É importante pontuar que dessas heranças e tradições foram extraídos elementos de construção do processo histórico das civilizações, algumas inclusive carregadas de traumas e ressentimentos com as violências sofridas. Outras apenas sofreram naturalmente um certo tipo de ressignificado, ou seja, não reverberam necessariamente um choque cultural violento, pelo menos não no modal de invasão territorial.

Nos dias atuais ainda há o avanço de vários tipos de imperialismo, seja por grandes marcas e pelos modelos do mercado avassalador do capitalismo, seja pela venda ou imposição ideológica. Isso tem raiz nesse modelo global de globalização neoliberal, fato que visa alterar ou reconfigurar as perspectivas nos processos de construção identitária e reverbera nas possibilidades de estudos regionais com um prisma diferente.

A realização desta pesquisa se pauta nas releituras e construções folclóricas que perpassam pelos processos culturais de identidade, uma vez que, esses acabam por serem suprimidos no contexto histórico nacional e de certa forma até mesmo dissolvidos no tempo e espaço.

A fonte principal para a realização da pesquisa são as obras do autor José A. Teixeira, folclorista conceituado principalmente por ressaltar em suas obras particularidades de povos nas mais diversas regionalidades. Isso chamou a atenção de pesquisadores diversos, tanto que ele foi solicitado por Pedro

Ludovico Teixeira para fazer um levantamento como uma forma de censo cultural demográfico, que se desdobrou em riquíssimos trabalhos sobre o objeto de estudo aqui evidenciado, o folclore de Goiás.

Para delimitar o que se propõe, elenca-se alguns conceitos trabalhados no que tange as características identitárias que se estabelecem na historiografia. Segundo Roger Chartier, por exemplo, a pesquisa evidencia o modo como em diferentes lugares a realidade social é construída ou pensada, frente as percepções do sujeito, a partir do coletivo. Também deve-se abordar como as subjetividades representativas em relação a outros aspectos, se materializam ou simplesmente se dissolvem.

Ciro Flamarion Cardoso menciona que para entender a noção de mentalidade crítica é necessário que haja uma forma criteriosa de observar a História social e conseqüentemente compreender os elementos característicos de uma formação identitária.

O sentido de representatividade no aspecto sócio cultural, acima mencionado, recaem conceitualmente ao processo de conhecer a cultura brasileira. Para isso, precisamos entender ao processo de povoamento decorrente das questões colonizadora e seus desdobramentos aqui na região centro-oeste e de maneira especial em Goiás. Primeira análise nesse contexto cultural e identitário, o autor Caio Prado Junior em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* elencou diversas elementos que tratamos como précursores das características particulares regionais do país e do nosso estado, como por exemplo a economia, a religiosidade, além do fator importante da política. Seus desdobramentos se referem às rupturas e continuidades, sejam elas oligárquicas ou regimentares, traços esses marcantes no objeto de cancionero, lendas e superstições.

Caio Prado Junior, na obra clássica, dentre as várias abordagens principalmente sobre a questão colonial no campo pertinente a culturalidade e suas configurações, que implicam as vertentes identitárias e suas circunstâncias frente ao processo de povoamento do interior. Isso leva o autor a tratar dos avanços devido ao surgimento de novas rotas para o interior do território brasileiro, que até então tinha a região litorânea como grandes centros urbanísticos. São os vários eventos que reforçam esse adentramento, deu-se

uma dinâmica demográfica abrangente para a interiorização das pessoas e da cultura. Diante disso, percebemos as formas de povoamento com suas distinções e particularidades.

De fato, existem elementos que reverberam no cenário político nacional expressos através da musicalidade, das narrativas artísticas, da literatura de cordel, as marchinhas, entre outros. Essas expressões culturais foram transmitidas por pessoas em diferentes comunidades e municípios do estado de Goiás. José A. Teixeira percorreu alguns desses municípios durante sua pesquisa sobre o processo cultural, recolhendo narrativas e observando através de visitas nas fazendas e nas casas de moradores os comportamentos e reações. Ele tentava perceber os reflexos dos eventos políticos e econômicos, fatores relacionados à época. Ainda dentro do próprio estado, há o enfrentamento por essas pessoas frente às hegemonias dos grupos partidários e resquícios do coronelismo.

A disposição da obra consiste, a princípio, no conceito da palavra folclore, sua utilização e termo etimológico fundamental. Como exemplo inicial pode-se dizer que a palavra folclore quer dizer “o saber do povo” ou “sabedoria popular”. O livro distingue os vários ambientes representativos em várias regiões do mundo e elenca a pertinência do tema escolhido. Se pauta a partir da verticalização da obra de José A. Teixeira, quando em um primeiro momento faz referência às formas de pensar o processo cultural, sobretudo o modelo de visão holística e cosmopolita na região centro-oeste do estado de Goiás, onde foram analisados. Para o autor, não se evidenciam parâmetros de uma construção cultural própria, mesmo que influências e heranças que vieram de além-mar tenham sua significação.

Destaco um elemento importante: os significados e seus códigos. Já que há indícios de resinificados, ou melhor, das representações latentes de uma conjectura própria e José A. Teixeira, emergiu na obra “*cancioneiro, lendas e superstições*”, com justificativas inerentes ao valor histórico cultural regional. Faz-se necessário para elencar elementos consistentes da cultura, se trata do aspecto historiográfico de âmbito nacional difuso, como vem ocorrendo através da historicidade nacional. Por isso, buscamos enquadrar tais elementos no método micro histórico.

Ao trabalhar essa temática de uma identidade revelada através folclore goiano na obra de Jose A. Teixeira, minha maior preocupação foi elencar aspectos capazes de responder às necessidades aos anseios de futuros estudos sobre o assunto. A perspectiva do folclorista pode ser entendida em suas multifaces pluralidades de tempos históricos, que convivem em acordo e desacordos, garantindo a especificidade do processo histórico brasileiro. Com uma postura diferente sobre as reflexões analíticas do seu interior com aversão aos grandes eixos, focando e garantindo o entendimento ao dinamismo frente ao tema, permitiram assim a compreensão do conjunto sistematizado de informações que possibilitarão um conhecimento, mas próximo dos eventos históricos que envolvem as questões identitárias aqui apresentadas.

## I – FOLCLORE

Nesse primeiro capítulo será abordado a historicidade, conceitos, memória, oralidade e o folclore e folclorista brasileiro.

### 1.1 Histórico

Em muitos casos, o folclore brasileiro é visto por seus estudiosos como uma área prolífica de argumentos para a compreensão da cultura e do povo brasileiro. No entanto, é necessário retomar e refletir sobre o processo de marginalização que esse campo de estudos que se pretendia independente sofreu, especialmente ao longo da ditadura militar, tornando-se incorporado como anexo secundário em outras disciplinas escolares e acadêmicas.

O que queremos esclarecer a partir da avaliação desse processo é como o folclore se consolida, antes de tudo, como um material intrinsecamente rico a partir do qual o povo brasileiro forma unidades de identidade. Nesse sentido, é instrutivo acompanhar a trajetória desse campo, desde quando os estudos folclóricos ganharam força nas décadas de 1940 e 1950, passando pelo enfrentamento da marginalização repressiva associada às ditaduras e, por fim, com o recente fortalecimento do tema a partir da recuperação da sociedade democrática. Nesse sentido, busca-se compreender o surgimento da pesquisa e da história cultural até o período da recuperação democrática.

Apesar dos avanços da sociedade democrática, deve-se notar que apesar do interesse pelo estudo da temática do folclore, o campo de estudos ainda não conseguiu se firmar como disciplina autônoma (OLIVEIRA, 2018). O caminho que o folclore brasileiro tomou como objeto científico, reconhecido pelos folcloristas brasileiros e pelos estudiosos do campo, toma como base diversas manifestações populares anteriores de recuperação do folclore: o estudo e a história da poesia popular de Celso de Magalhães (1849-1879); as contribuições de Alfredo do Vale Cabral (1851-1890); a crítica literária de Sílvio Romero (1851-1914); a literatura sobre Folclore proporcionada pela biblioteca ministrada por João Ribeiro (1860-1934); e o conjunto da obra de Amadeu Amaral (1875-1929), que soube valorizar seus antecessores e criar novas bases para o folclore no paradigma da aprendizagem do Brasil.

Sigamos a trajetória que nos permite refletir sobre a relação que se estabelece entre esse campo (folclore) e a identidade (nação e região) (FERNANDEZ, 2013). Defendendo a visão de que o folclore é patrimônio cultural de uma nação, entende-se que ele é protegido constitucionalmente no Brasil. A Constituição Federal brasileira de 1988 obriga o Estado e a comunidade a defender e preservar o meio cultural e, portanto, também as expressões, com o objetivo de salvar as identidades, memórias e ações do povo brasileiro. A legislação da constituição cidadã busca salvaguardar a dignidade humana para as gerações presentes e futuras (art. 215 e 216).

Diante do exposto, estabelecemos um diálogo com Camarani (2008) para enfatizar a importância fundamental da proteção do patrimônio cultural para a sadia qualidade de vida e dignidade de uma população, visto que a riqueza cultural significa garantir a continuidade da memória das pessoas, identidades e ações, ou seja, garantir a origem da cultura nacional e o direito de se lembrar e de ser.

Ainda discutindo os parâmetros legais desse assunto, é importante mencionar o Decreto 56.747 de 1965, responsável por criar o Dia do Folclore. O documento leva em conta a crescente importância dos estudos do folclore e dos estudos na antropologia, sociedade e arte, inclusive como fator legítimo para maior conhecimento e maior divulgação da cultura popular brasileira. O Brasil foi pioneiro na adesão a esse código, criando em 1947 a Comissão Nacional de Folclore, que ainda mantém vínculos com a UNESCO até os dias de hoje.

Como resultado desse processo, em 1958, foi criado no então Ministério da Educação e Cultura o primeiro órgão permanente dedicado ao campo, a Campanha Brasileira de Proteção ao Folclore. Alguns anos mais tarde, a Comissão alcançou sua maior conquista, em 1951, quando produziu a Carta Folclórica Brasileira, que estabeleceu diretrizes objetivas e precisas para o trabalho científico do departamento. E

em 1976, essa campanha foi incorporada na Funart como Instituto Nacional de Folclore. No entanto, no final de 2003, passou a integrar a estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, cujo nome permanece até hoje: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

## 1.2 memória e oralidade

### Folclore: conceitos,

A origem da palavra Folclore remonta à formação de duas palavras do inglês antigo: "folk", que significa pessoa, país, família e "lenda", que se traduz em aprendizado, orientação, ciência, conhecimento, sabedoria, conforme Kamalani explica (2008).

O autor expõe, ainda, que o termo folclore teve origem em meados do século XIX, cunhado pelo arqueólogo britânico William Thoms para se referir aos registros de antigos cantos, lendas, narrativas e costumes. O contexto histórico europeu em que se dá essa designação deve ser ressaltado: a Revolução Industrial marcou fundamentalmente a transição para uma sociedade industrial moderna. Em face de uma crescente vertente "coleccionista" dos estudos naturais, o que refletia em certo grau o pensamento neocolonial, muitos movimentos se desenvolveram naquela época com o objetivo de coletar, colecionar e até mesmo preservar e estudar a tradição de outros povos.

No Brasil, a palavra folclore foi escrita com "k" (folklore) até a década de 1930, quando o português foi reformado e se verificou um aportuguesamento da palavra. Desde então, o termo se tornou o que conhecemos hoje: folclore. Ademais, em diálogo com Camarani (2008, p. 119), percebe-se que a etimologia da palavra aponta para duas perspectivas eminentemente mobilizadas pelo folclore como campo de compreensão do homem: a social e a cultural. a reação constitui a pessoa cultural, e o contexto social em que ela vive constitui a pessoa social. A análise do imaginário que circunda o folclore constitui a dimensão do homem cultural; ao passo que os contextos geopolíticos e sociais de formação e de manutenção englobam o homem em sua sociabilidade. O estudo científico do folclore permite lançar luz sobre ambas as dimensões.

Não sem razão, Luís Cascudo, grande folclorista brasileiro, afirma que

Folclore é a cultura popular, normativada pela tradição. Engloba técnicas e processos utilitários que se valorizam numa ampliação do emocional, além do funcionamento racional. A mentalidade móbil e plástica torna tradicionais os dados recentes, integrando-os na mecânica assimiladora do fato coletivo (CASCUDO, 2002, p. 334-335).

Para Brandão (1982), essa é uma das razões que motivou Thoms a caracterizar o perceptível fenômeno do folclore a partir da junção de duas palavras tão pertinentes (povo e história), que juntas traduzem o significado do conhecimento tradicional, ou seja, a sabedoria de uma nação em relação ao seu povo. Santos (2000 p. 1) enfatiza que "folclore é uma coleção de mitos, crenças, histórias populares, lendas, tradições e costumes passados de geração em geração e faz parte da cultura popular". O mesmo autor destaca ainda que pode ser vista como a expressão cultural mais autêntica de uma nação.

Folclore, como afirma o autor, tem a ver com saberes, tradições e costumes, que são produzidos por e para pessoas, e passados de geração em geração sem formalidades ou comprovação científica. Segundo a Carta Folclórica Brasileira (1995, p. 1), folclore "é o conjunto de criações culturais de uma comunidade, baseadas nas tradições de sua expressão individual ou coletiva, que representam sua identidade social".

A carta aponta para os fatores identificadores das expressões folclóricas, consistindo em "aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamismo, funcionalidade". Assim, podemos dizer que o folclore, como expressão da cultura humana individual ou coletiva, é aprendido nas "escolas da vida", como explica Camarani (2008). Nesse sentido, meios oficiais e sofisticados não foram essenciais para suas divulgações ao longo dos séculos – embora hoje o sejam em vista da preservação dessa cultura na modernidade. Na maior parte da história, o folclore foi aprendido de forma espontânea e informal na vida cotidiana por meio de observação, imitação ou transferência. Entende-se que folclore e cultura popular possuem características comuns mesmo que as definições sejam diferentes.

Também é importante ressaltar sua importância para a formação social. O folclore e a cultura popular existem na vida das pessoas de várias maneiras. Segundo Brandão (1982, p. 84), "a valorização do folclore, o reconhecimento da importância das expressões populares na formação do lastro cultural nacional, constitui um procedimento de escolha necessário para assegurar o seu desenvolvimento". Traços dessas expressões populares podem aparecer em festas, artesanato, crenças, comidas, adivinhas, danças, contos populares, superstições, provérbios, apelidos, brincadeiras infantis e muito mais.

Dessa forma, a valorização do folclore constitui característica importante à construção de uma identidade democrática e consciente do mundo. A esse respeito, as diversas características que são dadas a um fato folclórico em determinada época não podem ser consideradas inadequadas, visto que o próprio folclore está em constante processo de mudança e não pressupõe uma doutrina tradicional de manutenção purista – diferentemente de dogmas e mitos vinculados a religiões institucionalizadas. O folclore integra a vida e as características sociais de um povo de maneira diversa e aberta às interpretações e modificações. Por esse motivo, como campo de estudo, o folclore permite estudar o homem na expressão da cultura espontânea, sentindo, pensando, agindo e reagindo, bem como no contexto social em que vive – portanto, compreendendo-o como ser social, histórico e cultural.

### **1.3 Folclore e folclorista brasileiro**

No Brasil, escritores como Celso Magalhães, Mello Moraes Filho, Sílvio Romero e Amadeu Amaral escrevem sobre o folclore desde o século XIX, tema integrado à literatura europeia que só ganhou corpo nacional no início do século XX. Embora nenhum deles se considere folclorista, a análise mostra uma convergência entre os intelectuais brasileiros sobre a abordagem do folclore, que hoje é entendido como sinônimo de cultura do povo e um legítimo objeto de estudo e reflexão.

Martha Abreu, em seu estudo sobre Mello Moraes Filho, identificou-o como um homem que seguiu seu próprio caminho e expressou uma visão especial da construção ativa de relações com a nação brasileira – delineando uma vertente intelectual muito diferente do cânone europeizado da ciência.

Nesse período, o Brasil foi desafiado pelas grandes mudanças sociais associadas à crise imperial, notadamente a abolição da escravatura, as políticas de imigração estrangeira e a crise econômica do café, fenômenos que acabaram por levar a um novo modelo de ação organizacional, com apoio de ideais positivistas e republicanas.

Nesse cenário, a problemática "ideologia do sangue mestiço e a união das três raças tornaram-se as marcas da nossa identidade nacional, assim como as ideias científicas, naturalistas, positivistas e evolucionistas pregadas na época" (ABREU, 1998). A visão de Mello Moraes Filho é otimista e propositiva, pois prefere ver as pessoas "reveladas em uma variedade de raças, culturas e encontros, produzindo um híbrido de ritmos, gostos e danças que transcendem os ritmos, gostos e danças compartilhados de todos os participantes, constituindo uma Nacionalidade de Festivais e Musicais" (ABREU, 1998, p. 171).

Romero é outro escritor que utilizou a poesia para estabelecer uma relação frutífera com a pesquisa popular do século XIX. Matos (1994) destacou a importância de seu pioneirismo nos registros folclóricos, documentados a partir da coleta e registro de textos literários orais e das revisões teóricas críticas que desenvolveu a partir desses materiais.

Romero também trabalhou para avaliar trabalhos semelhantes que o antecederam no Brasil, registrados em *A Voz do Povo Brasileiro*, de 1883, e obra homônima publicada em 1885. A partir do início do século XX, a abordagem da cultura popular passa a questionar a perspectiva da intersecção entre culturas, como desenvolvida por alguns escritores modernistas como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, que propõe, a partir de perspectiva modernista, a fusão cultural pela antropofagia e pela valorização do nacional (BOSI, 1992).

Mário de Andrade foi mais longe, dedicou-se a estudar todos os aspectos do assunto, especialmente no que diz respeito à dança teatral, englobando o mundo negro e birracial. Nesse período, a imagem dos intelectuais brasileiros ainda era bastante limitada ao gabinete intelectual, distante do "chão" da cultura popular. Portanto, embora alguns escritores publicassem importantes obras sobre costumes populares, alguns sequer visitavam os ambientes populares para coletar registros.

Intelectuais como Mário de Andrade foram uma exceção nesse caso, visto que suas investigações sobre expressões populares de poesia, lendas, festas, mitos, danças, canções e crenças se deu ao rés do chão, em pleno contato com as manifestações posteriormente chamadas de folcloristas. Por outro lado, os intelectuais daquele período que se interessavam pelos costumes populares estavam muito próximos da perspectiva colecionista e romântica europeia do

século XIX, em que a busca do Folclore é uma atividade leiga ou de colecionador de artigos exóticos, e não uma prática profissional, acadêmica e de fundo sociológico eminentemente metodológico.

Outras vezes, o folclore é abordado por intermédio do uso dos dados expressados pela criação da literatura folclórica, o que inspira alguns autores a buscar poesias, canções, mitos e lendas. Entretanto, a análise desse material rico culturalmente muitas vezes se limita ao campo da estrutura linguística. Em todos os aspectos, o contexto em que ocorre essa manifestação popular e as pessoas envolvidas nela, com suas próprias visões de mundo, tempo e sociedade, são dimensões muitas vezes negligenciadas.

Como resultado, muitas das perspectivas acadêmicas do folclore no século XX falam do povo numa perspectiva homogeneizada, estabelecendo uma síntese de interpretação simplista. Para Daniel Pécaut (1990), os intelectuais brasileiros tiveram grande influência no debate identitário e no aparato decisório político. Essa conexão se reflete em sua vontade de primeiro se permitir ser reconhecida como a elite dominante e depois ser a voz do Estado, o mediador entre o Estado e o povo.

Os intelectuais das décadas de 1920 e 1930 eram reconhecidos como elites acima da classe social, falando em nome da necessidade de desvendar a realidade nacional subjacente, pois se referiam a uma nação que ainda não tinha consciência de si mesma e não se constituía em agente político. Nesse sentido, os intelectuais falam em nome do país (ou região), em nome do povo, ainda que em desconexão com as camadas populares (NEDEL, 2005, p. 122). Essa questão ressalta a problemática histórica de participação e representação popular no Brasil.

Durante as primeiras décadas do século XX, diversas manifestações populares foram objeto de debate na tentativa de discutir elementos da nacionalidade brasileira. Desde o final do século XIX, artistas plásticos e escritores influenciados pelo nacionalismo romântico se alinhariam ao neoclassicismo e à academia panassiana – uma noção passadista e conservadora de mundo.

Destaca-se, em oposição ao passadismo brasileiro, as marcantes exposições de Anita Malfati em 1914 e, principalmente, em 1917, quando a

artista, já em plena maturidade como pintora expressionista/cubista, destacaria o anticlássico que se formaria como movimento na doutrina da Semana de Arte Moderna de 1922. Artistas e intelectuais ansiosos por transcender o cânone e expressar a transformação estética do moderno, do nacional e do popular formam o núcleo do modernismo, incluindo Mario de Andrade, Guernsey de Almeida, Menotti Del Picchia e Di Cavalcanti.

A coincidência com o centenário da independência constituiu um pano de fundo favorável para a afirmação de um novo nacionalismo cultural. A busca por algo novo de alguma forma explica a unidade em torno da capacidade de apreciar o choque, o popular e aquilo que se distanciava dialeticamente do ideal clássico europeu – consumindo-o para algo novo produzir.

Depois que Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade se juntaram ao grupo da Semana de 1922, o movimento modernista e a cultura popular ganharam mais consistência e afinidade – ainda que a partir de uma elite que falasse pelo povo. A partir daí, Tarsila e Oswald vão pensar a atmosfera tropical do Brasil e a cultura mestiça a partir de uma perspectiva valorativa e crítica da história, forjando conceitos como os de antropofagia.

Compreende-se, portanto, que o movimento modernista tenha buscado, na tradição, costumes e crenças populares, os fatores mediadores da compreensão do Brasil como ponto de partida para a criação de instituições e grupos que estudam e investigam as manifestações populares. Embora Mário de Andrade não se considerasse um folclorista - chegou a dizer: "não sou folclorista, não" - seu envolvimento no folclore brasileiro foi muito profícuo porque "estava acostumado a documentar o que via, tudo o que ouvia e lia , e sua curiosidade quase católica, o impediram de ser um folclorista erudito e pesquisador (FERNANDES, 1989).

Uma das contribuições marcantes de Mário de Andrade de 1935 a 1938 foi a idealização e criação de uma sociedade etnográfica e folclórica durante sua gestão no Ministério da Cultura da cidade de São Paulo. Em 1936, o departamento abriu um curso estendido de folclore, ministrado por um ano pela professora Lévi-Strauss, assistente do Museu da Humanidade de Paris, que acompanhou o marido no Brasil e foi contratada para ministrar cursos na a Universidade de São Paulo.

O curso é ministrado de forma bastante prática e tem como principal objetivo formar folcloristas para realizar trabalho de campo (SOARES, 1983). As diversas obras criadas pelos alunos durante o curso foram posteriormente publicadas na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo e constituem hoje um bom conjunto de narrativas que expressam o contexto que potencializa o sentido dos estudos folclóricos.

Outro desenvolvimento foi a criação do Clube de Etnografia e Folclore, que por um curto período se organizou como Associação de Etnografia e Folclore, e ao mesmo tempo foi criada uma sociedade sociológica, cujos membros eram em sua maioria pessoas comuns. De outubro de 1937 a janeiro de 1939, o Ministério da Cultura publicou um boletim, e as ações da Sociedade Etnográfica e Folclórica chamaram a atenção. Além de divulgar as atividades da Sociedade, esses boletins orientam as coleções folclóricas, com diversos exemplos extraídos da experiência de seus pesquisadores, que publicaram notas e artigos sobre suas pesquisas.

Houve outro desdobramento do currículo em 1938. No ano, o Ministério da Cultura da cidade de São Paulo criou a Missão Folclórica, no Norte e Nordeste do país, levantamento idealizado por Mário de Andrade, diretor da instituição na Tempo. O grupo, formado por Luís Saia, Martin Braunwieser, Benedicto Pacheco e Antônio Ladeira, foi incumbido de gravar canções e danças brasileiras nessas duas regiões (TONI, 2007). De fevereiro a julho daquele ano, a equipe gravou, filmou e estudou as melodias que homens e mulheres cantavam enquanto trabalhavam, tocavam e rezavam.

A Missão de Pesquisa Folclórica em geral seguiu o estabelecido pelo Diretor de Cultura, muito semelhante ao que Mário de Andrade realizou em sua segunda visita ao Norte e Nordeste do país em 1929. Durante a pesquisa realizada pela equipe, seus integrantes preencheram mais de 20 cadernos, totalizando cerca mais de três milhares de páginas que registravam: atividades e procedimentos de trabalho, descrições e programas dos cantores, compositores e bailarinos, balé, fotografias e dados técnicos do contexto folclórico.

Nesses cadernos também são transcritos os poemas e poesias populares, juntamente com a descrição e discos (CDs) de todo material musical coletado. A

missão gravou expressões musicais como emboladas, cocos, rojões, martelos, desafios, cantigas de roda, samba, valsa, cantos, solos de viola, cantos infantis, acalantos, modinhas, galopes, chulas, cabaçais, lundus e muitas outras expressões variadas.

Gravou também cerimônias religiosas como xangôs, tambor de crioulo, tambor de mina, babaçuês, catimbós, cambindas, caboclinhos, além de brincadeiras e danças populares como praiás, torés, boi-bumbás, rei do Congo, cigana, dança de praia e frevos (SAIA NETO, 2007, p. 2). No entanto, percebe-se que a iniciativa de Mário de Andrade, ao tentar dar um status científico ao folclore brasileiro, ainda carecia de recursos e tempo para consolidá-lo. No que diz respeito à missão de pesquisa folclórica, o vasto acervo recolhido constitui o acervo do Arquivo Municipal de São Paulo, mas nos anos seguintes não foram realizadas outras iniciativas de escala comparável a essa expedição.

Muitas dessas atividades foram interrompidas pelo golpe de Getúlio Vargas em 1937. O próprio Mário de Andrade foi demitido de São Paulo por se opor ao novo regime. Morreu de ataque cardíaco em 1945, ainda antes do fim do Estado Novo. No final da década de 1940, porém, o folclore volta a ser um tema importante, atraindo intelectuais interessados em produzir uma abordagem cultural para pensar o Brasil. Muitos deles fizeram uso de temas locais, compondo diversos elementos da literatura regional, nos quais foram inseridos novos elementos que colaboraram à compreensão do país a partir da cultura popular de seu diverso povo.

## II – FOLCLORE GOIANO

Nesse segundo capítulo será abordado as primeiras tentativas de união entre os folcloristas, o folclore e a primeira fase da comissão Goiânia de Folclore e por fim a segunda fase do folclorismo em Goiás.

### 2.1 As primeiras tentativas de união entre os folcloristas

Para os intelectuais preocupados com o impulso das novas ciências sociais, voltados a compreender o comportamento humano coletivo e a formação das sociedades, pode parecer absurdo que o descaso do Brasil tenha resultado na falta de projetos e ações nesse sentido. Até o início da década de 1940, alicerçada no que se considerava uma "base científica" de coleta e classificação, a investigação mais aprofundada do folclore brasileiro ainda era a obra de Amadeu Amaral no início da década de 1920.

As pesquisas que surgiram de tempos em tempos em todo o país eram precárias e careciam de apoio institucional. Como os folcloristas se interessavam principalmente por expressões escritas, estudiosos do século XIX (entre eles José de Alencar, Araipe Júnior e Sílvio Romero) acreditavam que o objetivo de uma pesquisa era reunir todo esse folclore, colecionando-o em registro de modo a compreender as expressões do povo brasileiro.

Somava-se a essa limitação epistemológica o fato de que outras categorias (dança, música, alegria, fabricação etc.) ainda não eram objeto de estudo mais sistemático, aparecendo apenas isoladamente para complementar as formas literárias. Considerando a consolidação de um estudo sistemático do folclore brasileiro, aplicando métodos atuais, amplamente influenciados pela França, examinando conceitos e adaptando-os às especificidades da diversidade cultural do Brasil, os folcloristas atuais estão cientes da necessidade urgente de compreender o folclore para além da mera documentação.

Esse princípio de olhar o folclore não se faz possível sem a representação dos quatro cantos do território brasileiro, que juntos representam a diversidade cultural a ser considerada em suas especificidades, mas também no mosaico que compõem. Sabe-se que somente a partir de um amplo acervo se consegue

a adequada sistematização do trabalho, consolidando paradigmas de pesquisa alinhados com o tema e produzindo, por meio da formalização do ensino superior, cientistas sociais habilitados para um trabalho ilimitado nos estudos culturais.

Treinar esses acadêmicos é fundamental na construção de uma nova identidade para a nação. Em 1925, Amadeu Amaral lançou dois protestos em defesa da institucionalização dos estudos folclóricos, o que seria um marco na consolidação de uma rede nacional de estudiosos do folclore. Em primeiro lugar, ele aproveitou a reunião ordinária da Academia Brasileira de Letras para denunciar a indiferença do Brasil às questões do folclore e o potencial de dele extrair conhecimentos imprescindíveis à compreensão histórica e artística do país – especialmente em relação das manifestações populares formativas.

Amaral defendeu que os folcloristas de países desenvolvidos estabeleçam ampla colaboração com linguistas, historiadores e estudiosos; enriqueçam bibliotecas com materiais diferentes daqueles usualmente vinculados pela indústria editorial; e propiciavam um campo profícuo de colaborações às belas artes e às ciências humanas.

Na infinidade de intrigantes descobertas potenciais da investigação folclórica, é possível enriquecer os amplos horizontes da ciência; propiciar variedade e continuidades teóricas; subsidiar novas perspectivas de olhar o Brasil e inserir no centro do debate acadêmico a cultura popular, reduzindo os abismos das desigualdades que ainda separam o Brasil cultural, econômica e historicamente.

Ao enfatizar e proteger a identidade de um povo sob viés acadêmico, é necessário a eles recorrer em inspiração, orientação e encorajamento, inserindo a cultura daquele povo em reconhecimento da variedade da arte. Quando se observa e contempla tudo isso, é desagradável pensar que, no Brasil, o folclore – com poucas exceções – ainda está esperando o alvorecer da curiosidade abnegada e metódica que é o *ethos* da ciência. Apesar de existir um interesse pela curiosidade, ainda resta a se desenvolver um interesse científico mais agudo – questão observada por Amaral há muitas décadas e que pouco se alterou até hoje (AMARAL, 1998).

Mais tarde, em tom similar, Amadeu escreve para o artigo “*Por que formar uma sociedade demológica em São Paulo?*”. No texto, fica evidente a insistência do estudioso em apontar para a necessidade dos estudos folclóricos do Brasil, acentuando a importância de que o estudo saía da informalidade e receba mais atenção institucional. Amadeu percebia a possibilidade de formar um campo ativo de folcloristas e acadêmicos para combater a ausência de aprofundamento do campo.

Amadeu Amaral buscou compor esse campo em diversas ocasiões, inclusive encabeçando diversas investigações históricas realizadas durante a restauração dos estudos folclóricos brasileiros. Ao longo das décadas, diversas iniciativas nesse sentido foram levantadas – ainda que com sucesso limitado – Dentre as quais algumas já mencionadas no capítulo anterior.

Em termos de retomada formal, revisitaremos essas tentativas e experiências para compreender melhor o contexto de produção científica do folclore brasileiro. A mais sólida e rica de todas as iniciativas do século XX foi, conforme já mencionado, a criação do Conselho Nacional de Folclore em 1947. Busquemos compreender os projetos anteriores a esse marco.

Dentre uma de suas ações durante sua passagem pela direção do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade começa a atuar em prol da integração do Estado no campo cultural, lançando Sociedade de Etnografia e Folclore em 1936. Vale destacar que, no período, as diferenças entre as áreas de estudo da recém estabelecida Ciência Social não eram delimitadas com clareza, estabelecendo apenas segmentos tênues de separação. Portanto, havia uma certa difusão e dispersão em relação aos objetos enfoque dos estudiosos

A influência de Mário de Andrade foi capaz de sensibilizar a academia da época “à importância dos estudos de folclore e a necessidade de aproximá-los da universidade” (IPHAN, 2002, p. 158). Diversas publicações acadêmicas desse período revelam os efeitos positivos desse incentivo, de modo que é possível falar do surgimento de uma nova geração de pesquisadores que consideram a dimensão folclórica do Brasil advindos dos grandes centros universitário, a exemplo de Florestan Fernandes e Antônio Candido.

Mário de Andrade, além da Sociedade de Etnografia e Folclore, foi responsável pela idealização de uma sociedade similar de Sociologia e Antropologia, integrando nomes relacionados à nova antropologia ou sociologia pertencem ao corpo técnico do SEF e uma lista de destacados ativistas e defensores da cultura paulista, como Sérgio Milliet, Oswald de Andrade e Júlio de Mesquita Filho (VILHENA, 1997).

Embora não oficializada, esse conjunto de intelectuais voltados à sociologia produziu imensas colaborações. O corpo da SEF realizou trabalho de campo focando-se mais na música, publicou seus achados no Diário da República, valendo-se de pesquisas sociais e folclóricas, mas, como órgão do governo, não sobreviveu às mudanças no Estado Novo e ao intervencionismo na política paulista, encerrando-se em 1939.

Exilado no Rio de Janeiro, Mário de Andrade segue a afirmar que “a situação dos estudos de folclore no Brasil ainda não é boa”. No mesmo artigo, o autor menciona outros projetos de consolidação dos estudos do folclore no Brasil: a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941; o Instituto Brasileiro de Folclore de 1942; e a Sociedade Brasileira de Folclore, criada também em 1941 (VILHENA, 1997).

Todas essas tentativas falharam porque não conseguiram se livrar de sua dependência excessiva dos fundadores. Apesar de terem sido capazes de estabelecer grandes intercâmbios, principalmente com interessados no exterior, essas iniciativas não constituíram uma consolidação permanente (CARNEIRO, 1965). O próprio Cascudo, diretor de um dos projetos, explicou essa instabilidade em um artigo de 1948: "As atas não têm sede nem documentos. Abandonamos as atas, e a sede ainda é minha casa. A biblioteca também é minha" (NEDEL, 2005).

A primeira representação de Goiás no folclore nacional é por meio da SBF de Câmara Cascudo. Por meio de correspondência com interessados em cultura em vários estados, Cascudo recebeu uma resposta de seu parente, o jornalista Jaime Câmara Filho, pretendendo instalar uma filial da SBF em Goiás. Sob sua indicação, o escritor Derval de Castro lançou em 1930 a publicação Páginas do meu sertão, utilizando material folclórico do interior goiano, conseguiu criar e dirigir a Sociedade Goiana de Folclore em 1942. No entanto, sua existência não

deu frutos e só aparece nas notas de jornal da época como referência histórica (CGF, 1980).

Terminada a já mencionada questão dos esforços unificadores dos folcloristas na defesa e salvação do folclore nacional, é necessário desvendar esta construção histórica exposta pelos folcloristas. Referindo-se aos antecessores do Conselho Nacional de Folclore, Luís Rodolfo Vilhena lembra que esses antecedentes são relevantes numa narrativa que tenta dar ênfase ao esforço institucionalizado e científico dos folcloristas nacionais. Ainda segundo o autor, Carneiro seria o articulador dessa narrativa histórica divisora (VILHENA, 1997).

O texto enfatizado por Vilhena, *A Evolução dos Estudos Folclóricos Brasileiros* (CARNEIRO, 1965), foi lançado quando Carneiro assumiu o Movimento de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão vinculado ao Governo Federal, o que representou momentaneamente a vitória do movimento folclórico institucionalizado. Por melhor que seja a percepção de Vilhena, os autores parecem confirmar o fazer histórico da exposição da CNFL de várias maneiras. Primeiro, a nosso ver, a escolha certa para a narrativa de Edison Carneiro sobre os antecedentes da CNFL. Ao contrário da posição de Florestan Fernandez, o representante da sociologia de São Paulo, Carneiro foi o mais representativo, senão o maior teórico do folclore, além de grande defensor da cientificidade do folclore.

Carneiro também é um nome escolhido por unanimidade pelo presidente da CNFL Renato Almeida, em conjunto com seus membros, para orientar o órgão criado com o Governo Federal destinado a tratar do folclore e encabeçar o movimento de defesa do folclore brasileiro que, desde 1958, fora gestado por vários membros da CNFL e comitês regionais.

Como exemplo que se enquadra em nosso trabalho, há uma narrativa histórica dos estudos do folclore brasileiro, escrita por Ático Vilas Boas da Mota, membro da Comissão de Folclore Goiana, que, ao contrário dos esforços da CNFL, está muito preocupado com as ligações entre os elementos do folclore e a literatura. Da mesma forma, no contexto dos folcloristas gaúchos, outros relatos dos antecedentes da pesquisa folclórica na região envolvem outras conexões com a literatura (NEDEL, 2005). A questão sugere que, embora a CNFL tenha

tentado estabelecer vínculos entre folclore, ciência e institucionalização em nível regional, essas tentativas encontraram dificuldades de difusão.

Um segundo ponto de conflito apontado na análise de Vilhena tem a ver com os papéis dos ex-líderes da CNFL: as ações de Amadeu Amaral e Mário de Andrade eram admiradas pelos folcloristas num âmbito personalista. Amaral conseguiu atrair a atenção da Academia Brasileira de Letras para desenvolver seu papel na defesa das tradições populares, mas sua real contribuição para o folclore nacional veio de seu acervo pessoal (com a ajuda de seu colega escritor Paulo Duarte). Como resultado, ele não viu sua ideia de mobilização acadêmica conjunta para o estudo do folclore brasileiro se solidificar.

Mário de Andrade conseguiu colocar em prática a institucionalização dos estudos folclóricos em São Paulo, embora, mesmo pelas limitações enfrentadas, tenha se concentrado no folclore musical. No entanto, apesar dos laços mais amplos de Mário de Andrade com a cultura popular mais ampla do país, o autor não ambicionou a criação de um órgão de extensão nacional. É possível dizer que os "heróis" do etnofolclore brasileiro não conseguiram romper os principais obstáculos sociopolíticos, muitas vezes se desdobrando a eles.

O terceiro ponto a ser levantado diz respeito aos nomes associados à defesa da unidade e institucionalização do material folclórico. A nosso ver, apesar de todo o reconhecimento ao trabalho de Câmara Cascudo e de seu próprio descrédito às tentativas de consolidar a sociedade Folclórica brasileira, não é apenas a CNFL que apresenta a intenção de um esforço unificado a ser posto em prática. Carneiro chega a dizer que "Sociedade de Cascudo não passa de um nome" (1965), visto que os integrantes pouco produziram juntos para defender as tradições populares, de modo tal que a reunião de quadros importantes constituía senão uma reunião de figuras da elite intelectual – em partes afetada pelo vício de desconsideração de certas dimensões da manifestação popular cultural.

Apesar das problemáticas, é preciso reconhecer as iniciativas estabelecidas por esses projetos precedentes durante os duros anos do conflito mundial, em um contexto anterior à criação da UNESCO. As questões críticas levantadas não objetivam desconsiderar o papel histórico da CNFL, que a nosso ver é bastante consistente por sua condição de agente político defensor da

ciência do folclore e instituindo órgãos governamentais de proteção, mas sobretudo para enfatizar problemáticas que impediram, por questões sociais, históricas e políticas, avanços de maior magnitude – a exemplo da posição em relação às Comissões Estaduais.

Embora importante, a CNFL exerceu papel homogeneizador em relação aos estudos do Folclore no Brasil, contrariando, de certa forma, o próprio princípio diverso do folclore brasileiro. A instituição nacional, contraditoriamente consigo mesma, desempenhou força de normação em um campo extremamente vasto e rico da pesquisa cultural, especialmente em relação às associações distantes dos grandes centros urbanos – a exemplo da de Goiás.

Uma das maiores dificuldades dos folcloristas da CNFL, em vista de estabelecer nova mentalidade para o estudo do folclore, foram as condições de rompimento com visões tradicionais do folclore (associado à vertente literária) e a adesão a novas dimensões de estudo da cultura popular transformadoras do panorama acadêmico. A grande dificuldade residia em como mobilizar as novas perspectivas de estudo em vista de uma compreensão do Brasil em seu todo – e não apenas sob viés cultural do Sudeste.

Entre os principais dilemas colocados, estavam: como equilibrar a investigação do popular com o erudito? Qual é o lugar histórico da tradição popular? Como o todo cultural se articula com a modernidade urbana? Quais pontos de intersecção coexistem no universo cultural do Brasil? O que é ser nacional? – dentre diversos outros. As discordâncias, concordâncias e avanços ao redor desses e outros temas foram a base para compor uma visão dialética e multicultural do folclore brasileiro – aspectos que configuram a própria condição múltipla de ser brasileiro.

## **2.2 Folclore e a primeira fase da Comissão Goiana de Folclore**

### **2.2 Folclore e a primeira fase da Comissão Goiana de Folclore**

Os antecedentes da criação do Comitê Nacional de Folclore estão relacionados ao fim da Segunda Guerra Mundial e à criação das Nações Unidas e sua subsidiária educacional, científica e cultural, a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Uma sugestão feita aos Estados membros era que estabelecessem órgãos supranacionais para representar as instituições dos países membros, permitindo deste modo a participação de entidades e movimentos extragovernamentais. O Brasil foi o primeiro país a cumprir essa disposição, valendo-se do serviço de cooperação do conhecimento existente no Ministério das Relações Exteriores, associado à anterior Liga das Nações ainda em 1922.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) foi instituído e, conforme seu estatuto, o cargo de Secretário-Geral Adjunto seria exercido pelo chefe do Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores, o que possibilita que Renato Almeida, burocrata do Itamarati, se torne o primeiro líder do instituto (VILHENA, 1997).

José Almeida era já interessado pelo folclore e pesquisador da música brasileira, tendo publicado uma História da Música Brasileira no ano de 1942. Foi isso que o trouxe ao batismo cultural de Goiânia naquele mesmo ano, onde aconteceu de presenciar "uma festa típica" goiana. Como parte das comemorações planejadas pelo governo do estado, também foi realizado o 8º Congresso Brasileiro de Educação, que contou com a presença de muitos intelectuais interessados em folclore e expressões populares.

Almeida atuou "para presenciar a prometida performance folclórica" e documentar os maneirismos dos intérpretes e compositores populares que se apresentavam no evento. Os convites para batizados culturais, congressos educativos e outros eventos paralelos foram emitidos pelo próprio Governador Pedro Ludovico Teixeira, pelo então Prefeito Venerando de Freitas Borges e, em especial, pelo Diretor do Departamento de Informação e Propaganda da Secretaria de Estado, Jaime Câmara, que já estava envolvido na criação da Sociedade Goiana de Folclore.

Documentos e relatos sugerem que Almeida, já conhecido no meio folclórico, foi convidado diretamente pelo governo goiano para conhecer o trabalho de pesquisa do folclore local por intermédio do pesquisador José Aparecido Teixeira. A exploração do folclore goiano abordou cancioneiros, lendas e superstições, a pedido do mesmo governo estadual. A dupla de pesquisadores teria se reunido com Colemar Natal e Silva, procurador-geral do

Estado e diretor do Instituto Goiás de História e Geografia, e com Regina Lacerda, então professora do Colégio Estadual (CNFCP/AMA-RA/21.12.48).

Em 1947, o IBECC havia estabelecido comitês de comunicação em concursos para pesquisas em educação e ensino, ciências aplicadas, saúde, direito público, filosofia e literatura (IBECC, 1952). Apesar disso, o primeiro comitê que funcionou efetivamente foi o Comitê Nacional de Folclore (CNLF), criado pela reunião do Instituto em 7 de novembro de 1947, cuja primeira reunião foi realizada em 19 de dezembro do mesmo ano. Sua equipe inicial era composta por muitas personalidades ilustres que foram convidadas por seu interesse em temas folclóricos, além de membros do IBECC dedicados ao assunto.

A construção de uma rede nacional de colaboradores foi central para a criação do Comitê Nacional, contando com a estrutura do IBECC para disseminar essa rede e chegar às áreas mais remotas do país, possibilitando que a CNFL expandisse o estudo e a interpretação do folclore nacional. Além dessa intenção original, uma série de objetivos foram adicionados para revigorar o folclore, como a organização de Semanas de Folclore, grandes convenções voltadas à valorização do Folclore nacional.

No entanto, a falta de recursos nas agências levou à proposta de se chegar a acordos com órgãos locais em vista de unir forças. Em um momento em que a CNFL parecia enfrentar as mesmas dificuldades de composição de sua antecessora, a diplomacia e a influência de Renato Almeida auxiliaram imensamente.

O nome de Colemar Natal e Silva foi escolhido para liderar a criação do Conselho de Folclore Goiano. A escolha para a formação do Comitê Nacional sempre se baseou no fato de Renato Almeida convidar um intelectual de boa imagem e boa expressão política para ser seu secretário-geral. Quando não tinha nomes conhecidos, solicitava indicações a outros membros do CNFL e de outras instituições locais, como o Instituto de Geografia Histórica, a Faculdade de Letras ou a comissão estadual do IBECC.

Vale mencionar que a Comissão Goiana de Folclore (CGF) foi criada em 21 de dezembro de 1948, portanto, apenas um ano após a criação da CNFL. A iniciativa partiu de Alceu Maynard de Araújo do Conselho Folclórico de São Paulo, mostrando seu total empenho em cumprir os objetivos da Rede Nacional

de Folcloristas e, com a ajuda de Colemar Natal e Silva, estendendo um merecido convite a outros pesquisadores. A antiga relação de Renato Almeida com a comunidade intelectual goiana foi muito importante para a criação do CGF, mas a demora na implantação do CGF deixou para trás a noção de folclore mantida pelos intelectuais dessas regiões.

Note-se ainda a importância da faculdade de história e da faculdade de artes para a conexão e expressão bem-sucedidas da CNFL através do estudo das culturas mais remotas do país. Essa tarefa foi crucial se considerarmos que a CNFL pretende atribuir um novo perfil sociocultural ao Brasil por meio da representação cultural e folclórica, confrontando outras ciências sociais para consolidar o folclore como disciplina acadêmica. Entretanto, como Goiás não possuía um corpo acadêmico das novas ciências sociais (sociologia, antropologia ou etnografia), a equipe do CGF não foi robustamente composta por intelectuais, mas sim por leigos, entusiastas ou acadêmicos que, de áreas correlatas, se interessavam pela riqueza do folclore.

O papel das perspectivas tradicionalistas sobre as questões folclóricas está enraizado nas primeiras etapas dos estudos folclóricos brasileiros, relacionados à literatura popular e principalmente ao legado transmitido pelo espírito romântico popular. Conforme Goya Sterling, apesar da insistência na nova situação de reavaliação do folclore no panorama acadêmico, avalia-se que será tardia a aplicação de pesquisas mais voltadas para a prática do trabalho de campo, em partes pela manutenção da noção tradicionalista que prevaleceu por décadas através da erudição literária (SOUZA, 2004).

O estilo que surgiu como ruptura com o Romantismo e o Modernismo produziu um padrão reconhecido no regionalismo, como Carmo Bernardes, Pedro Gomes e Bernardo Élis (os dois últimos membros do CGF), mas foram profundamente influenciados por Hugo de Carvalho Ramos na criação de "fotografias" da sociedade goiana. Para melhor compreender a situação paradoxal criada pela inclusão de membros originalmente associados à antiga escola de folclore no novo conceito proposto pela CNFL, é necessário, portanto, aprofundar a relação entre folclore e a tradição no CGF. Em outras palavras, é necessário descobrir como os elementos dessas duas correntes são combinados no CGF.

Por um lado, se os membros da CNFL ainda estão associados a noções folclóricas relacionadas à literatura e não à ciência, por outro, esses membros veem na CNFL o arranjo nacional necessário para inscrever a instituição na compreensão cultural do Brasil. Sérgio Miceli faz um bom resumo dos membros do Comitê Regional de Folclore e suas impressões sobre a missão. No caso da CGF, esse perfil atende tanto a secretária que a assume quanto seus funcionários.

Obviamente, os Conselhos Regionais mais distantes dos grandes centros tiveram dificuldade em acompanhar as demandas dos conselhos nacionais, principalmente no campo teórico e conceitual, mantendo suas próprias linhas de pesquisa e modos de atuação em torno do fortalecimento dos conselhos locais no folclore. Isso fica ainda mais evidente quando analisamos as Semanas Folclóricas e as convenções organizadas por Comitês Nacionais como forma de regulação dos estudos folclóricos, com foco particular nas festas de convívio e populares, consideradas as formas mais completas de folclore e expressão popular (SILVA, 2005)

A primeira afirmação nesse sentido aparece na primeira comunicação formal do instituto goiano com a CNFL, em 25 de maio de 1949. Nas cartas, Natal e Silva se mostrava preocupado com a demanda das primeiras obras do CGF, tidas como insatisfatórias, já refletindo sobre a dependência dos conselhos regionais em relação ao centro. Embora mais receptivo às posições de mediador entre o folclorista goiano e as diretrizes da CNFL, Natal e Silva ainda não havia conseguido o apoio de Zoroastro Artiaga (diretor do Museu de Goiás) ou Bernardo Élis (o mais famoso representante do regionalismo).

Outro fator que reforçou a situação foi o interesse manifestado em ampliar o comitê com outros "bons elementos que foram excluídos", pois o movimento "precisa de muitos entusiastas sobre o assunto" (CNFCP/CNS-RA/25.05.49). Ele se referia, entre outras coisas, a Gelmires Reis, folclorista do interior do estado, na cidade de Luziânia. O caso de Gelmires Reis merece comentários devido ao seu interesse pelo uso do folclore em sala de aula, em constante comunicação com o CGF por meio de Natal e Silva e Renato Almeida, e seu pedido de fornecer "instruções de trabalho" de acordo com "regulamentos ou regulamentações" instruindo a CNFL a ser responsável pela advocacia de manifestações populares

na zona centro-norte de Goiás, além de retweetar alguns artigos. No entanto, Gelmires Reis não se tornou membro do CGF. Continuou sua obra literária como membro da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Com a volta de Pedro Ludovico Teixeira nas eleições, o movimento folclórico goiano ganhou mais chances de fazer suas reivindicações, já que Ludovico já havia demonstrado seu apoio aos Estudos Folclóricos, durante os quais respondeu como interventor em projetos financiados pelo governo do Estado Novo. A primeira fase pode ser caracterizada de duas maneiras: 1) A falta geral de planejamento conceitual; 2) Por outro lado, há um profundo espírito de colaboração em torno do objetivo geral da CNFL, a saber: "restaurar" as necessidades básicas da pesquisa pioneira no folclore americano; e a urgência de trazer novos dados à tona.

O Conselho Folclórico Goiano nomeou a professora Regina Lacerda como representante do grupo de folcloristas goianos, que será seu primeiro encontro com folcloristas de todo o país. Neste evento, é estranho que a CGF não tenha fornecido materiais para a exposição do artesanato popular. Nos documentos referentes à participação do CGF em eventos nacionais, o nome do general Pedro Cordolino de Azevedo aparece como representante do governo estadual, cuja única documentação aponta-o como um dos fundadores do Movimento Histórico de Goiás (MARTINS, 2008).

Os conselhos regionais geralmente carecem de recursos e infraestrutura, lutando para superar as dificuldades por meio de acordos com outras instituições, como o governo ou universidades (no caso de grandes centros). Um exemplo está no acordo com o governo provincial do Espírito Santo, assinado no primeiro Congresso do Brasil, que, após análise de uma comissão, foi visto como modelo de articulação entre a CNFL e o governo estadual. Entre vários mecanismos de reconhecimento e avaliação do patrimônio folclórico do país e de apoio à investigação sistemática de todas as expressões folclóricas, o acordo identifica alguns itens que merecem destaque. No terceiro item, visa "facilitar o suporte mais abrangente às indústrias concorrentes e nacionais, auxiliando iniciativas que envolvam sua promoção e desenvolvimento", como o planejamento de eventos, cursos, programas de aperfeiçoamento e

competições, necessários para "artesanato lucrativo e crescimento da atividade doméstica, mantendo sempre sua posição regional" (IBECC, 1951).

Embora a introdução do modelo de acordo tenha sido o principal eixo que passou a nortear as ações dos comitês regionais, na prática, o primeiro Congresso Brasileiro de Folclore foi um grande sucesso e marcado por seu grande debate, descrição detalhada da Carta Folclórica Brasileira. A intenção principal do alvará da CNFL era soar como um manifesto em defesa do folclore e "orientar publicamente os princípios fundamentais, normas de trabalho e diretrizes para as atividades folclóricas brasileiras" (IBECC, 1951). Para a Comissão Goiana, recém-criada e pouco engajada em questões teóricas, o debate central em torno da Carta do folclore como ciência capaz de avançar na compreensão do povo e da sociedade brasileira não trouxe mudanças significativas no plano de trabalho.

No que se refere à formação de profissionais (projetos XIII e XIV), os folcloristas goianos foram beneficiados com a instalação do novo curso universitário em 1960 e a criação da Universidade Federal de Goiás, que terá oportunidade e espaço para aplicar o folclore como interesse científico. Outros pontos em que os goianos insistiriam são as propostas para aumentar os projetos de artesanato e "invenções populares" (item XI) e estimular o turismo folclórico. Com a publicação da Carta do Folclore, os folcloristas passaram a contar com um documento que os qualifica como agentes oficiais para atender qualquer consulta, pesquisa ou assessoria envolvendo manifestações folclóricas de qualquer natureza em escala nacional.

Considerando que os anos 1950 e início dos anos 1960 do pós-guerra assumiriam o processo de formação social no país, este é um mecanismo muito importante para os amantes do folclore. Há uma demanda crescente por profissionais qualificados nas chamadas áreas clássicas da educação formal, como direito, medicina e pedagogia, devido à necessidade de atender às expectativas de ascensão social. Nesse sentido, atuar em um campo conhecido como "minidisciplina", como visto no folclore, está intrinsecamente ligado às tradições orais e à literatura, ambiente em que as universidades carecem de maior respaldo.

O estatuto defendido na Carta Folclórica Brasileira consiste em atender à necessidade de incorporação do folclore como campo científico. A julgar pelas cartas acima e dos convênios firmados com o Estado, sabe-se que os integrantes dos conselhos regionais são membros ativos das mais diversas ações governamentais ou institucionais relacionadas à cultura popular. O ponto-chave da CNFL – aumentar a visibilidade dos estudos folclóricos e garantir a continuidade de sua posição por meio da atualização constante do quadro de folcloristas – é incorporar o folclore ao currículo acadêmico de uma nova estrutura de ciências sociais na formação no Brasil.

Antes e depois da publicação da carta, um debate entre folcloristas e principalmente sociólogos da Universidade de São Paulo foi o contexto para a "marginalização" do folclore como campo de estudo. Por um lado, alguns sociólogos associam aos estudos folclóricos interpretações reducionistas de fatos culturais, vinculando-os à existência passada, na medida em que se entendem a certa distância de contextualização em relação ao significado ou a existência funcional dos fenômenos culturais. Por outro lado, o objeto de estudo dos folcloristas está em constante expansão, fato que se confirma no primeiro parágrafo da carta, em que os fatos folclóricos são considerados não apenas na permanência das coisas espirituais do povo, mas também nos aspectos que guiam a cultura de hoje (IBECC, 1951).

Para os próprios membros do comitê, pareceu necessário esclarecer o que é considerado folclore e com que finalidade foi estudado, reiterando a importância do campo. Seguem-se inúmeras publicações de membros da CNFL, Revistas de Folclore e anúncios da CNFL e conselhos regionais fornecendo notícias de pesquisa, reportando sobre representações folclóricas tradicionais e novos fatos folclóricos. No entanto, estilo, linguagem e avaliação ainda são criticados pela academia, pois acredita-se que há uma valorização da permanência dos ancestrais, o que prejudica a investigação em torno do significado dessa permanência na atualidade.

Nesta carta, essa discussão assume a forma de uma sugestão de que "o uso de métodos históricos e culturalistas na pesquisa e análise do folclore" deve ser estabelecido (IBECC, 1951). De qualquer forma, porém, as posições no nível de atuação do IBECC junto aos órgãos federais, internacionais e estaduais

(neste último caso, programas de apoio à pesquisa, ensino e incentivo ao lazer e ao artesanato) são essenciais para qualquer tarefa nessas áreas, aspecto fundamental para dar ao Conselho Folclórico Goiano o impulso que ele precisa. No entanto, apesar de todas as condições favoráveis que tem com o Poder Executivo, o CGF não consegue firmar o acordo com o governo estadual por estadual por diversos motivos – dentre alguns apresentados neste trabalho.

### **2.3 A segunda fase do folclorismo em Goiás**

Na segunda fase do folclorismo, a CNFL entra em campanha para o segundo Congresso Brasileiro de Folclore, no qual o CGF pretendia ter uma participação mais ativa. Apesar da importância dos nomes dos intelectuais goianos que compõem o CGF, apenas a professora Regina Lacerda mostrou seu alinhamento com o novo estudo do folclore goiano. Voltaria a representar o CGF no principal evento do Folclore Nacional em Curitiba de 22 a 31 de agosto de 1953. Conforme já mencionado, a experiência de realização de Semanas Nacionais de Folclore (Rio de Janeiro, 1948; São Paulo, 1949; Porto Alegre, 1950; Maceió, 1952) constituía uma expressão da popularidade que o movimento folclórico ganhara desde o seu início.

Esses eventos se configuravam como espaços abertos para troca de informações, bibliografia, conexões e novas oportunidades, muitas vezes em uma lógica similar ao espírito colecionista do século XIX. Por outro lado, refletia o entusiasmo pelos resultados apresentados e pela composição da grande rede de folcloristas. Como a Carta Folclórica Brasileira afirma, a profissão de folclorista desenvolveu-se um clima muito favorável, em que os folcloristas são chamados a falar sobre as mais diversas questões que envolvem a política cultural, posição que a conferência nacional estreita. Para abordar o tema escolhido para o segundo Congresso, Regina Lacerda escreveu sobre as cavalhadas na Cidade de Goiás (CGF, 1977, p. 17).

Após o II Congresso, em 19 de outubro de 1953, o cônego José Trindade informou à CNFL que pretendia também renunciar ao cargo de Secretário Adjunto por excesso de atribuição. O então presidente vinha implementando, no Ministério da Educação, um ambicioso plano de expansão da rede pública de

ensino em todo o interior do país, de forma mais efetiva, com construção e reforma de novas escolas, ampliação e formação de professores, além de mudanças no desempenho escolar, o que significa que ele está fora do escritório por alguns dias. Embora tenham sido abordadas reivindicações que podem ser atendidas por meio de seu departamento de extensão cultural, José Trindade entendeu que os assuntos do CGF deveriam definitivamente ser deixados para aqueles que estão realmente envolvidos com o folclore goiano. No entanto, sua indicação não recaiu sobre Regina Lacerda, que voltou aos bastidores.

Para o cargo, nomeou o Professor Jarbas Jaime, historiador goiano, grande contribuição e sábio pesquisador das coisas e tradições de Goiás (CNFCP/CJT-RA/19.10.53). Em resposta, Renato Almeida pediu que o "Santo Padre" ficasse porque "um padre teria um significado extraordinário entre os chefes de uma de nossas comissões" (CNFCP/RA-CJT/06.11.53) e recomendou Jarbas Jaime para assumir como Secretário Executivo do CGF. Mais uma vez, a franqueza de Almeida valeu a pena e José Trindade concordou em permanecer mais tempo no cargo. Jarbas Jaime saiu de cena sem mencionar seu envolvimento em qualquer atividade do CGF, nem mencionar nada que envolvesse seu nome.

O que podemos depreender é que Jarbas Jaime, de Pirenópolis, foi um pesquisador e intelectual contra as práticas de indicação. A partir da década de 1920, iniciou a carreira pública em Anápolis, onde atuou como diretor de escola do ensino básico. Foi prefeito de Pameiras de Goiás por dois mandatos. Em 1951 atuou como chefe da polícia civil em Goiânia. Escreveu obras importantes sobre sua cidade (Anedotário Meiapontense, 1958, Esboço Histórico de Pirenópolis, 1971 e Famílias Pirenópolis, 1973) e aceitou com relutância a indicação para a Academia Goiana de Letras.

Na Mostra Nacional de Artes Plásticas, realizada concomitantemente ao Congresso, Regina Lacerda foi convocada como palestrante e apresentou oportuna palestra intitulada "O papel do saber folclórico na defesa da cultura brasileira e na preservação de sua identidade nacional. Importância - Artes Plásticas - Artes Dramáticas - Música - Literatura" (CNFCP/RL-RA/27.09.54). Em seus escritos, a folclorista goiana defende a expressão artística dos "populares", que fazem questão de produzir obras de valor prático, como o oleiro goiano e de

Pirenópolis e os santos do Jaraguá, como na obra do sagrado Veiga Vale, também estão expostos no Congresso (OLIVAL, 1992).

A partir do referido artigo, podemos avaliar que o processo de escolha do que deve ser “eliminado” e do que deve ser “protegido e preservado” se iniciou em relação à definição dos elementos mais importantes do folclore goiano. Outro marco da seleção foi o CGF, ou melhor, a folclorista Regina Lacerda, em colaboração com a CNFL, para estabelecer uma grande sala de exposição de obras folclóricas como um dos destaques do primeiro Congresso Internacional de Folclore. Nos trechos citados, identifica-se a clara ligação entre expressões populares e identidades, afinal, como dizem os folcloristas, é por meio do folclore que se obtém a "mistura" "do que somos feitos". Os caminhos definidos pela CNFL nem sempre podem ser seguidos satisfatoriamente pelos comitês regionais, e o caso da CGF ilustra bem isso.

Como os folcloristas goianos tinham uma estreita relação com a literatura e o ensino, o uso do folclore foi frequentemente aplicado em salas de aula de diferentes disciplinas como forma de gerar um sentimento de pertencimento cultural. Portanto, a proteção dessas expressões folclóricas é aumentada por meio da prática educacional e não da pesquisa científica. Em Goiás, veremos que a pesquisa em torno dos fatos folclóricos será escassa, o que ainda reflete a conexão com a literatura e não com a ciência (MARTINS, 2008)

Pouco antes do Congresso Internacional de Folclore, José Trindade foi solicitado a responder ao pedido do partido, assumindo vaga no deputado federal em razão da renúncia de Paulo Fleury em julho de 1954.

Em investigação documental, não foi identificada qualquer menção à expulsão de José Trindade da subsecretaria do CGF. A partir de 1954, todas as comunicações existentes entre a CGF e a CNFL são exclusivamente por meio de Regina Lacerda. No entanto, não houve menção à sua nomeação como presidente da comissão goiana. As ações do Comitê de Folclore Goiana foram seguidas por um período de calma. Definidos a metodologia e o plano de trabalho, foi implementado um roteiro das tarefas a serem realizadas, sem exigência de prazos e sem abusos políticos (SILVA, 2005).

A partir de 1954, todas as comunicações existentes entre a CGF e a CNFL são exclusivamente por meio de Regina Lacerda. No entanto, não houve menção

à sua nomeação como presidente do comitê goiano. A ação do Comitê de Folclore Goiano foi seguida por um período de calmaria. Uma vez definida a metodologia e o plano de trabalho, foi implementado um roteiro das tarefas a serem realizadas, sem prazos e sem abusos políticos.

O CGF inicialmente tentou nomear líderes intelectuais de destaque, mas, além disso, também tinha uma posição privilegiada para negociar com os órgãos públicos devido à necessidade de enfrentar as demandas de financiamento e de pessoal em vista da missão de revitalizar o folclore no estado. Olhando para o desempenho do CGF de um ponto de vista pragmático, o que significa ater-se a conquistas tangíveis, nossa impressão é que a estratégia foi menos bem-sucedida, pois levou seis anos para se estabilizar institucionalmente.

Essa comparação leva em conta a extrema dependência entre os conselhos regionais e suas lideranças, característica até hoje criticada por analistas do folclore brasileiro. Alguns conselhos, como os do estado do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Alagoas continuaram se confundindo com as trajetórias pessoais de seus líderes ao longo de muitas décadas. Em 1954, o CGF foi acrescentado à lista, visto que as ações do comitê se misturavam com as da folclorista Regina Lacerda, que continuou atuando em nome do CGF. No entanto, esse processo inicial, referente ao Sindicato dos Folcloristas de Goiás, muito contribuiu para o amadurecimento do trabalho do CGF (SOUZA, 2004).

Isso levou a um certo suporte interno para a continuidade do trabalho durante a “marginalização” do folclore como atividade científica em nível nacional (nas décadas de 1960/1980, durante a ditadura). Assim, em escala regional, os estudos folclóricos conseguiram manter seu prestígio, em parte pela inserção de seus integrantes no meio acadêmico, que será beneficiado com a criação da Universidade Federal de Goiás e o incremento do artesanato e do turismo.

Nos anos seguintes, o movimento Folclore permaneceu em sua órbita. Por causa da Convenção Internacional de Folclore em São Paulo, a CNFL decidiu incentivar a Semana do Folclore nos Estados em vez de realizar uma nova convenção nacional no ano seguinte. Portanto, o terceiro congresso foi planejado para ser realizado em Salvador, em 1957. Paralelamente, houve correspondência entre a CNFL e a CGF em apoio à convenção de violeiros desta última na Bahia, que conta com o apoio organizacional da CNFL.

Regina Lacerda informou que os jornais locais divulgaram a campanha e o Rádio Clube "lançou um concurso para selecionar melhor os funcionários" (CNFCP/RL-RA/19.05.55). Além disso, apenas o lançamento do novo livro de Regina Lacerda traz novidades para a cena folclórica goiana. No mesmo ano, foi publicado outro livro de Regina Lacerda. Esta é uma monografia sobre a cerâmica popular goiana apresentada no 3º Congresso Brasileiro de Folclore em Salvador-Bahia, em consonância com a agenda do Congresso de Artesanato.

As obras folclóricas de Regina Lacerda dão continuidade à aproximação entre folclore e literatura. A autora apresenta uma série de ensaios sobre uma variedade de tópicos folclóricos, incluindo alguns métodos de pesquisa, a aplicação de questionários e entrevistas, mas sempre em um teor da vertente literária da investigação folclórica. A questão da ligação desta pesquisa com as tradições da Faculdade de Letras e do Instituto de Geografia Histórica fica evidente no trabalho dos folcloristas locais. Isso não significa que essas obras não possam ser utilizadas como documentos para o estudo do folclore, mas sobretudo esses "intelectuais locais" não abandonaram sua matriz cultural em prol de questões raramente articuladas pelo movimento folclórico como ciência (SOUZA, 2004).

Portanto, é notável que os folcloristas goianos não foram expostos à ciência do folclore, continuaram a encontrar e consultar os textos de Crispiniano Tavares, Hugo de Carvalho Ramos, António Americano do Brasil e Henrique Silva. Com a companhia deles, os autores transcreveram suas percepções, memórias e o que ouviam e compreendiam como "coisas do povo". Essa obra literária, de uso folclórico, era muito comum entre os conselheiros estaduais, sempre associados a faculdades e institutos históricos. Antes da fusão da CNFL, eles também eram considerados historiadores da área, embora mais identificados com a "história de elite" ou com a produção de memória histórica. Conseqüentemente, novos trabalhos foram acrescentados como portadores de informações sobre o folclore goiano, mas nenhum foi fruto de pesquisas, levantamentos ou trabalho de campo

O Movimento Nacional do Folclore obteve grande vitória em 1958 com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), órgão federal

que faria a transição entre a situação "quase nacional" da CNFL e a eventual implantação do folclore brasileiro.

Por meio do Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro daquele ano, o presidente Kubitschek assinou o acordo para a criação da instituição na estrutura do Ministério da Educação, então a cargo de Clóvis Salgado. Ele escolheu seu folclorista de confiança, Mozart Araújo, que não tem vínculos anteriores com a CNFL, para atuar como diretor executivo do CDFB. No entanto, como as decisões são sempre tomadas em conjunto pelo diretor executivo e pela comissão técnica do CDFB, os folcloristas mais famosos do movimento se tornaram Renato Almeida, Joaquim Ribeiro, Manuel Diéguas Júnior e Edson Carneiro. Essa nomeação e a composição do Conselho deram origem ao maior folclorista do Brasil, reconhecido nacional e internacionalmente: Luís da Câmara Cascudo (VILHENA, 1997).

Somente com as reformas institucionais do presidente Jânio Quadros e a nomeação de Edson Carneiro a comissão técnica foi ampliada para incluir os principais folcloristas de outros estados, incluindo Câmara Cascudo. Assim como em outros momentos de transformação nacional do movimento folclórico, o folclore goiano não mudou, mas se tornou incerto o que sobraria aos conselhos regionais sem o apoio da CNFL. Se há uma ambiguidade e euforia sobre a vitória da institucionalização do folclore por um lado, houve preocupações com a transição e uma possível paralisação dos eventos da CNFL por outro. Nesse contexto, os folcloristas de Goiás se abriram para outra possibilidade real de expandir suas atividades com o advento da Universidade Federal de Goiás (UFG), que já havia realizado trabalhos avançados de implantação em meados de 1959 (NATAL; SILVA, 1992).

Liderando a implementação da UFG estão um dos fundadores e membros do CGF, Colemar Natal e Silva. A presença de Brasília trouxe mais atenção aos folcloristas goianos. Temores que os folcloristas do Sul e Sudeste das últimas décadas temiam o desaparecimento das expressões folclóricas no processo de crescimento urbano e industrial cada vez mais acelerado e irreversível agora se espalham para as terras do Planalto Central. A encarnação mais nítida dessa preocupação ocorreu na representante mais sólida do modernismo, a nova capital federal. Esse fato, aliado à criação do CDFB e da UFG, vai sugerir uma

nova mentalidade entre os folcloristas goianos, mais preocupados do que nunca em divulgar os fatos folclóricos e a cultura regional.

### **CAPÍTULO III – FOLCLORE GOIANO; OBRA DE JOSÉ A. TEIXEIRA**

Por fim no último capítulo será abordado o papel da comissão Goiana: entre percepções do social e métodos folclóricos e o folclore Goiano de Jose Aparecido Teixeira.

#### **3.1 O papel da comissão Goiana: entre percepções do social e métodos folclóricos**

Para se tornar um membro do Conselho Goiano de Folclore era preciso estar associado ao circuito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e à Academia Goiana de Letras. Inicialmente, dentre os membros que compunham o Conselho, todos estavam associados à área das letras e da educação. A partir de análise, entende-se que a associação estabelecida mostra o cerne da relação entre um intelectual regional e os interesses que possui pela cultura popular, justamente em um momento histórico importante no que diz respeito às afirmações identitárias brasileiras. Com os esforços realizados pelo Conselho Nacional de Folclore em estabelecer o Folclore como disciplina científica, ocorre uma diferenciação entre os folcloristas “modernos” e os de produção “tradicional”, apesar de se manterem vinculados às Comissões Regionais.

É importante ressaltar que, no momento de criação de uma política pública de incentivo à cultura, os líderes da política cultural na Ditadura militar viu nos intelectuais dos Institutos Históricos e nas Academias de Letras o suporte que necessitavam para seguir com o projeto. Esse projeto foi desenvolvido em 1966 pelo grupo que iria compor e originar o Conselho Federal de Cultura, denominado de “os representantes da tradição (ORTIZ, 1994). Esse grupo foi chamado dessa forma tendo em vista as novas abordagens culturais populares que eram desenvolvidas pelos movimentos democráticos, estudantis e pelos Centros Populares de Cultura. Sendo assim, ao consentirem em auxiliar com a tarefa, os intelectuais tradicionais possibilitaram aos ditadores interligar o passado com o presente.

Os intelectuais da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás estavam em busca das suas referências como sucessores de uma tradição literária e cultural em Goiás. Por isso, se encontravam atentos

à forma de construção de um novo entendimento do que era nação. Diante disso, escolher os modelos para a sua consubstanciação. Deve-se destacar às produções do regionalista Crispiniano Tavares, Antônio Americano do Brasil, Pedro Gomes, Hugo de Carvalho Ramos e Derval de Castro, que eram retratos imediatos da forma de vida e dos costumes em Goiás, se destacando como os autores mais recorrentes do folclore goiano.

A criação desses padrões de cultura regional, comum entre os pensadores do Folclore nacional, têm como base o modelo dos Estados Unidos, em que os Estados nacionais que fazem parte da Federação possuem suas próprias peculiaridades sociais e culturais, que estão em constante construção. Esse modelo será aplicado aos estudos do Folclore, tendo em vista que será adotada a divisão com base na geografia e na história das manifestações folclóricas, diante da facilidade de adequação à divisão geopolítica, facilitando a operação do estudo. Quando o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás realizou o levantamento sobre o folclore do Estado de Goiás, utilizou-se a Divisão Regional para o Estudo e Defesa do Folclore no Estado de Goiás (GARCIA; BREDA, 1972).

A construção desse padrão cultural regional, em retomada por muitos pensadores do folclore nacional, inclui aprender com o modelo americano e construir continuamente um modelo para que os estados federados cultivem suas próprias características sociais e culturais. No Brasil, esse método aplicado à pesquisa folclórica, principalmente por meio da divisão geográfica e histórica das expressões folclóricas, pode ser facilmente adaptado à divisão geopolítica do país, e até mesmo tornar o trabalho mais acionável.

Encarregada de aprofundar a investigação do folclore goiano, a equipe do Museu de Antropologia da UFG estabeleceu um capítulo regional no estado de Goiás para estudar e preservar o folclore goiano (GARCIA; BREDA, 1972). Em geral, esse tipo de particionamento sofre uma perda de magnitude. Na aplicação final dos resultados, não se trata da exposição da cultura local (como a representação popular do garimpo), mas do traço mais distintivo como representação cultural de todo o estado de Goiás.

Assim, pode-se dizer que as procissões das Cavalhadas e do Fogaréu foram descontextualizadas como representantes de uma região para obter uma

expressão cultural de todo o país. Vale lembrar que visões de sociedade não são discursos neutros: geram estratégias e práticas (sociais, acadêmicas, políticas) que tendem a impor a autoridade em detrimento de outros, desprezados por eles, para legitimar projetos de reform ou justificar sua legitimidade. Possuir indivíduos, suas escolhas e ações. (CHARTIER, 2002). Ao deslocar as ações do CGF para o campo da percepção, localizando ações relevantes para a construção identitária, uma consideração importante a ser ressaltada primeiro é a simples identificação do saber popular como constituinte de uma cultura, uma identidade cultural em última análise, significada por um "exercício de dominação".

### **3.2 O Folclore Goiano de José Aparecido Teixeira**

Esse novo paradigma de pesquisa folclórica começou em Goiás com o trabalho investigativo e de pesquisa de José Aparecido Teixeira, patrocinado pelo então governador e interventor Pedro Ludovico Teixeira. A partir de 1941, o Folclore Goiano foi parte importante do ideário do Estado Novo, no qual o governo goiano "atendeu ao chamado do eminente chefe de Estado com pequenos feijões vermelhos extraídos de distantes terras brasileiras" (TEIXEIRA, 1941, p. 20).

Apesar de um claro ataque aos inimigos políticos da revolução de 1930 e de excluir da investigação a comunidade da antiga capital (cidade de Goiás) por ser considerada um reduto de perdedores políticos, a obra de José A. Teixeira apresenta pesquisas em folclore, coleta de informações, reconstruções de histórias, lendas e superstições e transcrições de cancioneros populares, incluindo dados sobre compositores e intérpretes e suas localizações. Dedicado a Mário de Andrade, este livro demonstra a contemporaneidade da obra e justifica a linha de pesquisa adotada para suas investigações. José A. Teixeira sempre se refere ao movimento de 1922, e sua pesquisa se apresenta na crença de que a colaboração integra Goiás aos grandes representantes da tradição nacional e da cultura popular.

A importância da obra de Teixeira está justamente na aplicação em Goiás do espírito modernista de "incentivar a criação literária e artística de caráter nacional distinto, buscando criar um caráter brasileiro" (TEIXEIRA, 1941, p. 16). José Teixeira não contava com a novidade dos equipamentos de gravação usados em expedições anteriores organizadas por Mário de Andrade, como também trabalhava sem outros assistentes, exceto sua esposa, que o acompanhava nos locais. Apesar das limitações, José A. Teixeira registrou em detalhes o que ouviu.

Como um experiente dialetólogo e linguista, ele sabia que primeiro precisava ganhar a confiança do por vezes desconfiado povo rural, e o fez demonstrando interesse e conhecimento do assunto em questão. Ao consultar um músico popular, por exemplo, perguntava ao entrevistado sobre determinada música que ele havia escrito, e se ele tivesse algum problema com uma determinada pronúncia, "fazia surdo um ouvido e fazia o cantor repetir aquela parte" (TEIXEIRA, 1941) até que se confirme a expressão exata do cantor.

Assim, José Aparecido, aproximando-se de seus informantes e contando com o apoio político indicado pelo chefe de Estado, conseguiu obter relatos importantes para formar o que ele chama de ciclo revolucionário e o ciclo econômico do cancionero temático e político. Esses temas estavam na sociedade goiana daquele período. Ao reunir novos temas para o cancionero popular, Teixeira antecipou que as discussões em torno do tema "folclore emergente" ou "fatos do folclore emergente" estavam pelo menos uma década atrasadas no Brasil, posição expressa no primeiro Congresso brasileiro em 1951, percepção que o motivou a coletar canções folclóricas sobre temas atuais e, nesse sentido, a propor uma separação entre as noções categóricas de Folclore e Tradição.

Nessa concepção, os fatos folclóricos estão relacionados às formas de expressão. Essa expressão foi reconhecida por José Aparecido Teixeira nas composições dos cantores goianos e foi oficialmente aceita pela comunidade. Da mesma forma, lendas e contos não devem ser desconsiderados como fatos folclóricos se forem de alguma forma alterados por outra região ou pela passagem do tempo.

Vale destacar que a amostragem escolhida pelos pesquisadores atesta que seu trabalho deveria ser considerado como um recorte do que então se entendia como "elementos" do folclore goiano, ainda que os pesquisadores não pudessem publicar pesquisas relevantes sobre festas, danças e condições linguísticas, aproximando cancioneiros, lendas e superstições. Outra contribuição de sua obra se refere à atenção ao uso vulgar do termo folclore associado à ideia de "bobagem do povo".

Nesse momento, cria-se uma cena em que o folclore se opõe à ascensão de uma academia reconhecida pela afirmação empírica e pela interpretação lógica do mundo moderno. Possíveis estudos relacionados ao atraso do tradicionalismo e à superstição analfabeta que separam o campo do folclore da prática acadêmica, como já anunciado, afirmam-se na "interpretação lógica" do mundo moderno. Para corrigir um equívoco recorrente entre leigos em seu campo, Teixeira parte de Von Genep para tentar conceituar e justificar a importância do folclore: "Eis, a essência e a finalidade das produções populares. Elementos interpretativos de cada pedaço do território, de cada fato duma civilização, são por isso mesmo poderosos laços de coesão desta civilização e da integridade deste território. Noutras palavras, a tradição popular secreção natural e necessária duma sociedade" (TEIXEIRA, 1941, p. 14- 15).

Temos, portanto, duas grandes linhas como marcos no estudo do folclore goiano: uma enraizada em escritores localistas, que desempenharam importante papel como transmissores da tradição, podendo assim ser vistos como criadores de identidade no campo da escrita; outra condizente com a construção da disciplina do modernismo e da ciência popular, que tem como forte marca a luta política pela afirmação de uma nova identidade cultural de um povo, libertando-se do coronelismo. Mesmo para esta última onda, é importante estabelecer a impressão de que uma identidade que sempre existiu estava em processo de reafirmação naquele momento. Conforme discutido, essas duas vertentes sofrem certo grau de mescla na Comissão Goiana de Folclore.

*Folclore Goiano*, livro publicado em 1940 por José Aparecido Teixeira, é considerado uma síntese da escrita folclórica goiana, pois adota temas previamente propostos por Henrique Silva, Americano do Brasil e Crispiniano Tavares. Neste livro, Teixeira traz diversos aspectos de cancioneiros, lendas e

superstições goianas, ampliando o repertório e mostrando com mais clareza os padrões de pesquisa realizados em várias cidades do estado, como Jaraguá, Trindade, Pirenópolis, Bela Vista, Pouso Alto, Morrinhos, Urutaí, Goiandira, etc. No prefácio da primeira edição deste livro, o autor comenta a dificuldade de ver o folclore como um domínio legítimo para a compreensão e o estudo da prática popular, muitas vezes visto como um termo estranho, interessante ou que envolve "absurdos".

No entanto, o autor diferencia sua abordagem do assunto, definindo claramente o local de suas pesquisas sobre o folclore goiano, voltando-se para escritores estrangeiros que estudam as histórias do povo, como os Irmãos Grimm, Max Muller, Gedeão Huet, Gastão de Paris, Além de Franz Boas e Van Genep, citando o estudo da língua e da cultura para fundamentar a importância de sua obra, ao mesmo tempo em que esclarece que suas visões sobre a história do povo goiano são baseadas em escritores reconhecidos e conhecidos, deu-lhe força de discussão nesta matéria. Por exemplo, a influência da leitura de Van Genep aparece no método de identificação de informação da obra popular, que inclui dados como sexo, idade, localidade, domicílio e procedência, além da biografia do indivíduo, nível de escolaridade e psicologia, um procedimento do período raramente usado pelos pesquisadores.

Teixeira afirma ter coletado e gravado à mão 95% das modas entrevistadas, "sob o ditado dos caboclos, pronunciadas com a maior precisão possível", embora ele encontre dificuldades devido à desconfiança dos informantes, que ele precisava conhecer previamente. Dizia o pesquisador que é possível "puxar a língua com perguntas discretas" (TEIXEIRA, 1979, p. XVIII). No entanto, a citação dos trechos líricos não é estritamente metodológica, pois na maioria dos casos Teixeira também não se preocupou em identificar a autoria do informante. A lógica de Teixeira para estudar essas manifestações populares sugere que elas possuem elementos interpretativos de cada espaço do território e da coesão da civilização e da integridade daquele território, que garantirão sua unidade (ibid.). Para ele, ainda há uma estreita relação entre o momento nacional do Brasil, a formação da personalidade política do país e a independência econômica, fundando a expressão cultural do folclore em um espectro amplo.

Nenhum desses discursos é acidental. Além de ser funcionário do recém-criado Ministério da Educação, o autor também escreveu seu texto em pleno Estado Novo, onde dialogava com outros incentivando o caráter oficial dos diversos movimentos culturais do período. Segundo ele, "o governo financia e incentiva a produção literária e artística nacional por meio de setores especiais para criar características brasileiras" (TEIXEIRA, op. cit., p. XIV). Nesse conceito, o folclore surge como a possibilidade de encontrar a originalidade brasileira, em Goiás, considerado o "estado mais rico em verdadeira tradição nacional, ainda não distorcido pela onda de europeização", habitado por verdadeiros brasileiros, constituindo "uma matriz fértil que inspirava charme étnico, ideal e estético". Nesse sentido, a obra responderia ao apelo do presidente Getúlio Vargas para uma marcha de fundo autoritário para o centro do país (ibid., p. XVII).

Teixeira também justifica o projeto do livro pela necessidade de ampliar a compreensão e a análise do folclore de Goiás, pois, segundo ele, apenas cerca de meia dúzia de autores discutiram o assunto. Apresentando os excertos construídos para sua análise, o autor esclarece que o material coletado inclui diversos ramos do folclore, como a dança, os rituais, as artes visuais etc. No entanto, devido ao pouco tempo, justifica que só poderia adentrar a fundo sobre as ramificações do cancionero. Essa escolha mostra que o campo folclórico ainda é fragmentado e valorizado, na maioria das vezes, mais pelo aspecto linguístico do que pelos rituais do povo, como as danças, festas e outros ritos que acompanham as manifestações regionais populares.

Na segunda parte do livro, o autor se dedica a repassar as lendas e histórias de Goiás. Como parte desse imaginário incluiu: a lenda do Pé de Garrafa, que ainda vive na região do Vai do Paraná, no norte do estado, e que ele considerava misteriosa porque a lenda se passava na floresta escura; Negro-d'água, também personagens das histórias de Vai do Paraná e Formosa; além de lendas como as do berimbau, Teresa Bicuda, onça, poço de camisa, morro do moleque, comedor de língua e Romãozinho, que ganham destaque na interpretação do autor. Teixeira considera mais importante a ampla área que ocupa sua investigação e os dados que fornece para estudos psicoetnográficos de populações.

Na seção final do livro, Teixeira conclui sua lista do folclore goiano de forma mais sucinta do que as seções anteriores, mostrando a superstição e a magia que compõem a prática ritual goiana. São eles: a magia dos chifres, o olho do sol ou olho de boi, a fogueira de São João, orações e rimas, além de presságios, feitiços de encarceramento e mau olhado.

O estudo de José Aparecido em *Folclore Goiano* constitui um aspecto relevante da escrita folclórica goiana da década de 1940, pois nenhuma das obras anteriores havia avançado tanto na composição dos diversos repertórios entendidos como folclore. Embora não tenha realmente quebrado o cânone intelectual de sua época, assim como Americano do Brasil, também insistiu em cancionários pautados por palavras faladas e escritas, como forma de compreensão do folclore, apresentando hábitos, histórias e modos de ver o mundo dos goianos comuns e discutindo o significado histórico dessas práticas, aproximando-as ou alienando-as de outras práticas semelhantes existentes no Brasil.

A obra de José Aparecido Teixeira exemplifica como o folclore se tornou relevante para refletir sobre a história e a cultura goianas, quando as instituições culturais eram escassas e o povo ainda não objeto de interesse científico ou cultural para muitos intelectuais, muitas vezes mais preocupados em examinar as políticas locais e traçar biografias de figuras proeminentes de sua época.

Na obra de José Aparecido Teixeira (1979), no centro dos festejos e das torres dos campos estava uma figura central, um cantor, um bardo, que iluminava e alegrava as tertúlias sertanejas ao luar. O cheiro e o frescor da natureza. Esse é o aspecto dessa obra das de outros autores, uma vez que ele insere os informantes como sujeitos do folclore, atribuindo-lhes diferentes significados, que estabelecem diálogo com o sentido de uma construção positiva do sertão e do interior do Brasil.

Seu informante é descrito como um indivíduo ágil e inteligente que está em desacordo com as noções atuais de caboclo, como um ser intelectualmente incompetente ou deficiente: afirma a perfeição de suas qualidades intelectuais e estéticas.

Em uma definição feita sobre o cantor goiano, Teixeira declara que ele foi uma figura importante no meio rural dessa região, embora muitos fossem

analfabetos e morassem em roças. Em geral, dependendo de sua reputação, ele podia facilitar condições de trabalho para outros assalariados, como no destaque de um fazendeiro, animando danças e pagodes de rancho, o que era muito válido durante as eleições.

E ainda, os cantores tinham importantes funções sociais. Isso porque, a poesia popular, além de documentar questões políticas, econômicas e sociais, cristalizava os ideais de ambição e os sentimentos do povo. Por isso é que os cantadores podem ser considerados divinos que tecem a nacionalidade através de seus fios de ouro, modas e toadas.

## CONSIDERAÇÕES

Diante do detalhamento realizado de todo o movimento folclórico no Estado de Goiás, com base no trabalho da Comissão Goiana de Folclore, no período delimitado na presente pesquisa, e diante das relações históricas e identitárias efetuadas pela CGF em relação à cultura do povo e à cultura popular goiana, é possível indicar determinadas ponderações que a presente pesquisa possibilitou estabelecer. É possível apontar outras direções que podem ser seguidas para pesquisas futuras, aprofundando o relevante tema da construção identitária que vem sendo manifestada pelos tradição cultural.

Similarmente ao que acontece com o movimento folclórico nacional de forma geral, a presente pesquisa fez menção ao enfraquecimento sofrido pela Conselho Nacional de Folclore no momento em que Renato Almeida se tornou diretor do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no ano de 1964 e também do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura no ano de 1965. Ademais, a Comissão Goiana de Folclore teve parte da sua influência diminuída no momento em que Regina Lacerda assumiu a sua liderança, em diversas frentes de desenvolvimento e preservação do folclore, fazendo parte do CEC desde 1967 e na Agência Goiana de Turismo no ano de 1976. Apesar das diversas funções da folclorista, a CGFL continuou existindo.

Durante todo o processo de reconhecer o Folclore como uma ciência, o que foi uma luta central do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, percebe-se que a CGFL preferiu apresentar uma conduta diferente. O grupo goiano se afastou das discussões científicas para se ater a uma denominada visão tradicional sobre o folclore, compreendendo o folclore regional a partir de um viés literário. Esse caminho foi adotado mesmo após a criação da Universidade Federal de Goiás em 1960, que seria um órgão distinto a exercer política contrária, visto que vários intelectuais que se relacionavam de alguma forma com o folclorismo goiano estavam diretamente comprometidos com a implantação do projeto universitário, científico e acadêmico.

A publicação do livro por José Aparecido Teixeira descrevendo o *Folclore Goiano* no ano de 1940 firmou esse núcleo de análise que considerava o folclore como linguagem oral presente nas poesias, nas letras do cancionário popular, nas rodas de viola, bem como nos mitos e lendas contados a partir da tradição oral. Todos esses elementos são entendidos como componentes de uma fusão

cultural promovida pela junção das três raças formadoras e o seu reconhecimento comporia o movimento da Marcha para o Oeste.

A relação do campo folclórico goiano com outros campos brasileiros, exprimiu e posicionou de forma hierárquica nação e região, visto que ambas eram concebidas na trama da escrita folclórica. Os dados recolhidos foram considerados importantes como artefatos simbólicos relacionais, determinando-se a crença em uma unidade fabricada do popular. Sendo assim, o folclore ganhou legitimidade enquanto argamassa regional e liga nacional, se tornando uma forma de conteúdo para a confirmação do conceito de sertão, por meio de mitos, lendas, estórias, poesias, danças, festas e artesanato, evocando um mundo com muitas experiências culturais para a constituição da região.

O desenvolvimento de um espaço intelectual para pensar o folclore goiano também encontrou muitas dificuldades. Dentre elas encontramos a falta de instituições culturais no momento que surgiu Goiânia, além da falta de projetos diretos que dessem voz ao pensamento intelectual. Porém, o intenso movimento dos folcloristas cariocas causou comoção em intelectuais como Colemar Natal e Silva, que estava na diretoria do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e convocou a Comissão Goiana de Folclore para realizar a inserção da região como parte constituinte do discurso nacional sobre os costumes populares no contexto pós-guerra.

Essas novidades puderam ser debatidas por meio da escrita epistolar estabelecida entre as comissões de folclore local e nacional entre 1948 e 1978, possibilitando, a partir disso, dar maior visibilidade a um setor que se encontrava espalhado e sem direcionamento. Apesar de ser capaz de estabelecer um forte diálogo institucional para o desenvolvimento de projetos, estabelecimento de estratégias, além de anseios e expectativas pela ideia de formar uma rede de folcloristas que debatessem e se organizassem para desenvolver um inquérito folclórico nacional.

A partir do estabelecimento desses diálogos epistolares da obra de Jose Teixeira pôde-se perceber os desafios enfrentados no processo de organização do campo folclórico goiano. A notável habilidade de Regina Lacerda foi extremamente importante ao movimento, o que gerou a ela um capital simbólico essencial para estabelecê-la no campo intelectual do Estado de Goiás. A posição institucional que ocupou na CGF ganhou ainda mais destaque com a elaboração de diversos textos que estabeleceram relação com outras obras pioneiras sobre o folclore goiano, além de ter desenvolvido novos temas e colaborado na constituição de um enredo folclórico goiano coeso e uniforme.

Sendo assim, o processo de análise da história dos folcloristas ocasionou uma reflexão em torno da constituição de um campo intelectual, gerando a produção de uma escrita particular denominada de escrito do folclore. Os estudos estabelecidos nesse campo propiciaram um processo de análise sobre como se desenvolveu a pesquisa, a escrita e o debate sobre a cultura popular, além de como se estabeleceram e constituíram um local de fala em nome do povo. Por meio de diversas instituições culturais institucionalizaram uma prática, inicialmente de diletantes como autor analisado nessa monografia, em um campo de estudo que buscou proporcionar uma identidade ao povo goiano.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ABREU, Marta C. Mello Moraes Filho: Festas, Tradições Populares e Identidade Nacional. In: História Contada. CHALBOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. Festa à brasileira. Significados do festejar no país que não é sério. USP, Tese de Doutorado em Antropologia, mimeo, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que o Folclore? Brasiliense: São Paulo, 1982.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMARANI, Laura Amábile de Carvalho Ferreira. O Folclore Brasileiro no Direito Ambiental Constitucional. Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2008.

CASCUDO, Luis da Câmara. Geografia dos Mitos Brasileiros. São Paulo. Global Editora, 2002.

CARNEIRO, Edison. Dinâmica do Folclore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHARTIER, Roger. A História Cultural – Entre práticas e representações. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

FERNANDEZ, Bárbara Martinez. Contribuições a uma reflexão acerca do trabalho com lendas do folclore brasileiro na educação formal de crianças pequenas. 2013. 61 páginas. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2013

FERNANDES, Florestan. O Folclore em Questão. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1989.

GARCIA, Marcolina Martins; BRENDA Judite Ivanir. Divisão Regional para o estudo e defesa do folclore no Estado de Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG, 1972.

MATOS, Claudia Neiva. A Poesia na República das Letras. Sílvia Romero Folclorista. Rio de Janeiro: UFRJ/FUNARTE, 1994.

MARTINS, Mário Ribeiro. Dicionário Biobibliográfico de Membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Kelps, 2008.

NATAL e SILVA, Colemar. História de Goiás. Coleção Karajá. Goiânia: IGL/ AGEPEL, 2002.

NEDEL, Letícia Borges. Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2005.

PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.

SOARES, Lélia. Mário de Andrade e o Folclore. In: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore. Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1936-1939. Rio de Janeiro/São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1983.

SOUZA, José Moreira de. Desafios ao estudo do folclore segundo os cânones das pesquisas. In: XI Congresso Brasileiro de Folclore – Anais. Goiânia: Ed. Kelps: UNESCO/IBECC/CNFL/CGF, 2004.

SANTOS, A. S. R. Folclore: Importância e proteção jurídica. 2000.

TONI, Flávia Camargo. Músicas para dançar, rezar e se divertir: a Missão de Pesquisas Folclóricas, 2007.

TEIXEIRA, José Aparecido. Folclore Goiano. Cancioneiro – Lendas – Superstições. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1941.

VILHENA, Luís Rodolfo. Projeto e Missão – O Movimento Folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte / Fundação Getúlio Vargas, 1997.